



A “QUESTÃO FEMININA” E O DISCURSO ANÁRQUICO CIENTÍFICO NAS PÁGINAS DO JORNAL LIBERTÁRIO A PLEBE (1917-1951)

RIBAS, Ana Claudia

Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC

ribasanaclaudia@gmail.com

93

RESUMO

O pensamento político da cultura anárquica é pautado no princípio da liberdade, conceito que ganha destaque no final do XIX, por ser capaz de abranger temas que ignorados por outras perspectivas políticas, pregando, entre outras questões, a emancipação feminina. Enquanto entre os seguidores de Marx esta seria uma questão resolvida como consequência da revolução proletária, na cultura anárquica tratava-se de parte do caminho rumo à revolução social. Neste contexto de produção de discursos, fazia-se necessária a legitimação da propaganda libertária, que, sendo fruto de seu tempo, passou a dialogar com o discurso científico, lançando mão de conceitos como natureza e evolução para balizar seus princípios políticos. Neste artigo objetivo destacar a articulação discursiva entre a propaganda pro emancipação feminina e os discursos científicos acionados pela cultura anárquica, utilizando para tal análise o periódico libertário *A Plebe*.

Palavras-chave: Anarquismo, Emancipação feminina, Ciência

ABSTRACT

The political thought of anarchic culture is grounded in the principle of freedom, a concept that gained prominence in the late nineteenth, by being able to cover topics ignored by other political perspectives, preaching, among other issues, the emancipation of women. While among the followers of Marx this would be a matter resolved as a result of the proletarian revolution, the anarchic culture this was part of the path to social revolution. In this context production of discourses-made if necessary legitimation of libertarian propaganda, which, being the result of his time spent in dialogue with the scientific discourse, making use of concepts like nature and evolution to guide their political principles. In this article to highlight the discursive articulation between advertising towards women's emancipation and scientific discourse triggered by the anarchic culture, using such analysis to the libertarian journal *The Plebe*.

Key-words: Anarchism, female emancipation, Science



“Quero viver não como escrava, mas sim como parte integral da humanidade, investigando a ciência e a verdade”¹, escrevia a militante libertária Alayde L. Campos, ao defender a emancipação feminina na década de 1920, no Brasil, através da imprensa libertária. Suas palavras traziam consigo importantes nuances que permeavam a cultura anárquica² da primeira metade do século XX para além da defesa da emancipação da mulher: a vinculação da ciência à verdade, assim como de ambas aos preceitos anárquicos.

No que se refere à vinculação da cultura anárquica aos debates sobre emancipação feminina, estes aconteciam no contexto de sua proposta de revolução social, tratava-se de parte integrante das ações em prol do nascimento da almejada sociedade igualitária. Este, certamente, pode ser elencado como maior diferencial entre a cultura libertária e as demais ideologias políticas revolucionárias que despontaram a partir do século XIX como alternativa a sociedade capitalista vigente.

O anarquismo tornava-se grande palco para discussões sobre o que foi chamado de “Questão Feminina”, debates a respeito de sua independência em relação aos homens, assim como, sobre a participação efetiva da mulher no espaço público e nos espaços políticos. Elas eram, desta forma, consideradas elementos essenciais nos projetos para a implementação da revolução social. Neste sentido, várias militantes se dedicaram a escrever para a imprensa libertária defendendo seus posicionamentos políticos. Um dos espaços para publicação de suas ideias foi o jornal de propaganda *A Plebe*, que veiculava textos com o intuito de estimular leitores e leitoras deste periódico a ingressarem na militância pelo anarquismo. Nas palavras de Isabel Cerruti, uma colaboradora assídua deste periódico, vê-se o estímulo à atuação feminina junto à cultura libertária:

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: quer fazer compreender a mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela

¹ CAMPOS, A. L. Minha Rebeldia. *O Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

² Utilizamos aqui o conceito “cultura anárquica” em substituição à “ideologia anárquica” ou “doutrina anarquista”, por considerar que estes últimos seriam incapazes de abranger todas as possibilidades apontadas pelo anarquismo do movimento dos séculos XIX e XX. Também ao utilizarmos o conceito de “cultura anárquica” almejamos não privilegiar termos masculinos como “os anarquistas” ou “os libertários”, tendo em vista que não se tratava de um ambiente de discussão política exclusivamente masculino. Ao realizarmos a escolha pelo termo “cultura anárquica” e “cultura libertária”, nos apoiamos em Marshall Sahlins que define como “cultura” um conjunto de significações, a ordem destas significações. Entendendo que esta “ordem cultural” anárquica não pode ser contida em um termo inflexível como “doutrina” ou “ideologia”, uma vez que não existe um grande livro que balize o pensamento libertário, nem um único pensador maior que detenha a palavra maior, mas sim uma pluralidade de vozes e uma vasta gama de possibilidades libertárias, vislumbramos um ambiente dinâmico, criando uma ordem, que segundo Sahlins, se reproduz na mudança e enquanto tal. Somente deste modo, tornou-se possível abarcarmos as muitas possibilidades de concepção do anarquismo.



deve desempenhar como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social.³

É importante lembrar que a cultura anárquica não pregava uma conquista do poder para a implantação da “ditadura do proletariado”, como defendia Marx e seus seguidores, mas acreditavam na possibilidade da destruição das relações de poder, substituindo-a por novas formas de relações sociais e por novas formas de moralidade social⁴. Para a construção desta nova moral, a cultura libertária se propunha a discutir questões sexuais, de saúde e educação da população, apresentando propostas para a construção de uma autonomia pessoal capaz de guiar seus militantes a uma liberdade idealizada como plena.

A cultura libertária durante a primeira metade do século XX no Brasil alcançou grande influência junto ao movimento operário graças também à utilização de uma ferramenta, que se mostrou essencial para a propaganda anarquista: a imprensa. Entre os muitos periódicos editados no Brasil, encontra-se *A Plebe*, jornal que pode ser elencado como uma das publicações de maior representatividade no meio libertário durante seus muitos anos de circulação (entre 1917 e 1951). Em suas páginas encontravam-se textos, publicados no decorrer de sua existência, nos quais se abordavam temáticas como prostituição, amor livre, controle de natalidade, vasectomia, emancipação feminina, educação sexual, entre outros. Tratava-se de uma tentativa de transformação das relações de gênero no sentido da emancipação econômica, afetiva e sexual. Neste sentido, os libertários e as libertárias não se constrangiam em expor seus pontos de vista, afastando-se do discurso religioso de controle da sexualidade: tratava-se de outra alternativa frente a normatização vitoriana⁵.

Todos estes temas se encontravam balizados nas articulações com discursos científicos, acionados para legitimação da propaganda libertária. Desta forma, a representação do pensamento anárquico se encontrava vinculada ao conceito de evolução da humanidade. Entendida como “sinônimo de desenvolvimento gradual, contínuo, nas ideias e nos costumes”⁶, uma constante melhoria do potencial humano, esta evolução seria a geradora do pensamento anárquico:

³ CERRUTI, I. *A Plebe*, São Paulo, 20 nov. 1920.

⁴ RAGO, Margareth. "Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola". In: SOARES, Carmen L. (Org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.

⁵ RAGO, op. Cit., 2001, p.147.

⁶ RECLUS, Élisée. *A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 22.



Anarquia, como sistema socialista sem governo, tem uma origem dupla: é o resultado dos grandes progressos do pensamento no campo econômico-político que caracterizam o nosso século, e caracterizam especialmente a segunda metade do século passado.⁷

E nesta mesma lógica evolutiva encontrava-se a proposição de revolução social estava apresentada no pensamento anárquico. Assim como a cultura libertária seria fruto da evolução ascendente do pensamento humano, também a revolução o seria, uma vez que a “ciência não vê nenhuma oposição entre estas duas palavras – evolução e revolução – que se parecem muito, mas que, na linguagem comum”, em uma linguagem considerada não científica, seriam “empregadas num sentido completamente distinto de seu primeiro significado”⁸.

Dialogando com seu tempo, a cultura libertária foi amplamente influenciada pelo pensamento ocidental da verdade científica que esteve em voga durante meados do século XIX e parte do século seguinte. Neste diálogo, a construção argumentativa de seus discursos ganhavam contorno datados. E mesmo que as temáticas e os princípios defendidos pelo anarquismo, ainda hoje se mantenham atuais, dialogando com o tempo presente, historicizar a cultura libertária não significa desqualificá-lo enquanto pensamento político, mas legar-lhe sua importância histórica, assim como, o potencial transformador da sua rebeldia capaz de gerar uma transgressão criativa.

A Plebe e a Ciência

O século XIX, assim como a primeira metade do século do XX trouxeram consigo mudanças muito rápidas e profundas para a sociedade ocidental. As configurações dos centros urbanos alteravam espaços sociais e as práticas de sociabilidades, reverberando entre os intelectuais e pensadores da época, produzindo discursos que se desdobravam desde o deslumbramento com o novo que se instaurava, até a resistência a estas mudanças sociais que geravam novos parâmetros de desigualdades econômicas. É o momento do advento dos socialismos e do sonho da instauração de uma sociedade igualitária.

Para além destas discussões, vale lembrar que o anarquismo influenciou inúmeros movimentos sociais no transcorrer do século XIX e também no transcorrer do século XX, seja defendendo a construção de novas práticas de vida social, seja questionando o poder em todas as dimensões da vida cotidiana, seja pregando a autogestão, fundando as “escola modernas”,

⁷ KROPOTKINE, P. A Anarquia. *A Plebe*, 16 março de 1935, n.84, p.02.

⁸ RECLUS, 2002, p. 21.



recusando a aceitar o princípio de representação política, negando o poder religioso ou questionando a instituição do casamento, a cultura libertária construía sua luta política.

Por certo, não há como negar que a cultura anárquica, que pregava a abolição das leis e do governo, acabou por alimentar todo um contexto representativo de um estado de anomia social⁹, sendo estes acusados de destruidores da ordem e amorais. Esta representação da cultura libertária em muito se diferenciava do que defendiam seus pensadores, que acreditavam na emergência de uma ordem de autogestão, baseada na liberdade individual e na igualdade, que Mikhail Bakunin chamou de “reino da cooperação livre”¹⁰. Para combater esta representação de barbarie com que a cultura anárquica estava vinculada no imaginário popular se fazia necessário lançar mão de discursos com maior poder de legitimidade. É neste ponto que a ciência é conclamada a atuar enquanto defensora do anarquismo.

Para a propagação desta nova representação política rumo ao convencimento do operariado, de forma a guiá-los à revolução social, há um elemento crucial a ser elencado na estratégia libertária: a sua imprensa de propaganda. Assim como a construção da representação do anarquista está ligada a imprensa escrita do século XIX e suas manchetes sensacionalistas, também as publicações libertárias atuaram com muita força na divulgação dos princípios anárquicos, como a construção de suas representações, provando o equívoco de Bakunin ao desacreditar na eficácia da palavra escrita.

Pouco inclinados à constituição de grandes organizações hierarquizadas, o movimento libertário lançou mão da imprensa escrita como forma de empreender sua participação junto ao movimento operário, afastando-se de ações violentas, e aplicando o conceito de ação direta junto aos sindicatos e as movimentações operárias.

Em terras brasileiras, a cultura libertária chega através dos imigrantes, principalmente italianos, portugueses e espanhóis. Não tarda até que vários militantes libertários brasileiros ganhassem projeção. Responsáveis pela organização dos primeiros movimentos operários brasileiros como a Federação Operária de São Paulo em 1905, pelo 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906, liderando greves em 1907, 1917, 1918 e 1919 no Rio de Janeiro e em São Paulo – que se estenderam também para outros estados brasileiros –, a cultura anárquica atuava em organizações sindicais das quais estavam à frente, lançando mão, para efetivação de sua

⁹ Utilizamos aqui o conceito desenvolvido pelo sociólogo Durkheim. In: DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo, Martin Claret, 2008.

¹⁰ BAKUNIN, M. *Conceito de Liberdade*. Portugal, Porto: Ed. RES, 1975.



propaganda política, da imprensa libertária. Este período tornou-se um momento de profunda esperança na revolução social em que a cultura libertária vivia seu auge. E neste contexto de florecência é que foi fundado o jornal *A Plebe*, em 1917. Este periódico pode ser citado como um dos mais conhecidos e importantes da imprensa libertária brasileira, tanto pela extensão do período de sua existência, como pela abrangência de sua circulação. Firmou-se como importante divulgador da cultura anarquista, mantendo sua circulação até o ano de 1951, com interrupções motivadas por perseguições policiais, políticas e por problemas financeiros.

Os textos veiculados nas páginas de *A Plebe* nos revelam a tentativa de construção de uma sociedade ácrata, livre das autoridades, leis e das chamadas “amarras da moral burguesa”. É neste contexto que os debates sobre a chamada “emancipação feminina” ganham espaço. Tratam-se de discussões sobre a participação das mulheres na vida pública, na militância política, no espaço feminino no mundo do trabalho, letramento feminino, a possibilidade do amor livre, controle de natalidade, além de questões relacionadas a educação sexual.

A partir desta temática é possível perceber, ao voltar atenção às páginas da imprensa libertária, o mais importante dos conceitos anárquicos: a liberdade. Compreendida como natural¹¹, intrínseca e parte da essência humana, a liberdade é o elemento chave para a compreensão da lógica da cultura anárquica. Todas as correntes de pensamento anarquista, apesar de divergirem em muitos pontos em suas estratégias de luta, pautaram-se na autogestão e na liberdade individual como sua base incontestável.

A defesa desta liberdade, pela cultura anárquica, estava vinculada ao conceito científico de evolução. Seria através da experimentação da liberdade que a humanidade continuaria sua caminhada ascendente na espiral evolutiva, como podemos perceber nos artigos veiculados em *A Plebe*:

A liberdade é segundo o anarquismo, o princípio básico e fundamental da harmonia social e portanto um fator da evolução da espécie sem essa condição essencial, a vida é impossível.¹²

Esta liberdade não se encontrava limitada ao plano abstracional, mas vinculada as práticas da cultura anarquista, encontrando-se, deste modo, para além da simples liberdade física, mas associada às possibilidades múltiplas de expressão no meio libertário, presente no

¹¹ O conceito de natureza utilizada pelos pensadores libertários do século XIX e início do XX, baseia-se nas ideias dos filósofos iluministas.

¹² GARCIA, M. *A Plebe*, 17 de fevereiro de 1934, n. 56, p.02.



convívio entre os militantes, estendendo-se aos relacionamentos e vinculações amorosas e nas relações de gênero. Apesar de parecer uma situação harmoniosa, obviamente muitos conflitos estavam postos no meio da cultura libertária no que se refere à interpretação e na efetivação da liberdade, perceptíveis também nas páginas de *A Plebe*. Não desejamos nos deixar levar por uma visão romântica no que se refere à cultura libertária, como também não desejamos roubar-lhe o mérito de suas ideias e ações pioneiras.

Desta forma, “A liberdade”, seria “a excelsa manifestação da Natureza”¹³, como defendia o grupo editor do jornal *A Plebe*. Os conceitos de liberdade e de natureza estavam postos, nas páginas deste periódico, lado a lado, ambos como extensões da mesma concepção de evolução humana constante. Pois como escreveu a importante militante francesa Louise Michel em texto veiculado por *A Plebe*:

A natureza obriga aos seres vivos a devorarem-se uns aos outros. O cadáver de certos animais alimentam o homem. Ao morrer, a larva [se] transforma em mariposa. Por toda a parte a vida brota da morte. Porém, através da série de transformações, o progresso se realiza. No domínio dos seres humanos, a história se limita a registrar o nascimento, o progresso e a decadência de sucessivas gerações, mas esse período constitui um avanço sem cessar, em busca da perfeição.¹⁴

Da mesma forma que a liberdade era concebida como algo natural, as desigualdades sociais, em controponto, passavam a ser entendidas como antinaturais, pois para que a “verdadeira sociedade” pudesse emergir seria necessário que fossem “abolidas as desigualdades artificiais entre os indivíduos, e, portanto as diferenças de classes” para que a “verdadeira associação de homens livres”, onde “a felicidade de cada um dependerá da felicidade de todos, em que a felicidade de todos, resultará a de cada um”¹⁵, enfim despontasse.

Diferente das demais correntes socialistas, a cultura libertária adotava outra lógica de pensamento rumo à revolução social que apesar de buscar embasamentos de cunho científico, valorizava outros aspectos da experiência humana para além da perspectiva econômica, como, por exemplo, a defesa da importância do amor no contexto revolucionário, apresentado como “filho da ciência e da verdade”, o “amor pelas conquistas da liberdade”¹⁶. Da mesma forma destacava a relevância da sexualidade para a emancipação humana, pois ao pensar em

¹³ A Tendência humana para a liberdade. *A Plebe*, 28 de abril de 1934, n. 61, p.01.

¹⁴ MICHEL, Louise. *A Plebe*, 13 outubro de 1948, n.19, p.04.

¹⁵ *A Plebe*, São Paulo, 05 jul. 1919.

¹⁶ DUTHIERS, G. *A Plebe*, São Paulo, 24 out. 1949.



revolução, seria necessário pensar em uma nova moral de cunho libertário, que deveria ser livre de “preconceitos, dos tabus, das crenças obsoletas e das repressões sexuais”¹⁷. Tudo para que enfim, uma nova sociedade pudesse emergir pautada na solidariedade.

Para a cultura libertária os meios eram essenciais para a construção de uma revolução social. Não bastaria apenas propagar mudanças em um futuro incerto, era necessário cultivá-la por intermédio de novas práticas no cotidiano.

A cultura anárquica é uma cultura de transgressão. Mas não de simples transgressão despropositada, mas trata-se de uma transgressão geradora, através da qual é possível vislumbrar uma sociedade igualitária e livre.

A Plebe e a emancipação feminina

Estes discursos militantes, veiculados em *A Plebe*, criticavam duramente o conservadorismo burguês, pregando o nascimento de uma sociedade livre dos preconceitos, solidária e capaz de refutar conscientemente as repressões impostas pelo que chamavam de obscurantismo religioso. Deste modo, a cultura libertária não desejava apenas transgredir as regras da moral, mas sim, apresentar uma nova escala moral, pautada em valores com a liberdade individual, pensada para uma sociedade de cooperação mútua, seguindo o princípio de que para que uma nova sociedade pudesse nascer seria necessário, não apenas de uma nova moral, mas de novos homens e novas mulheres.

Havia, nesta atitude, um deslocamento do foco de atuação política. Enquanto a cultura anárquica mantinha-se intensamente vinculada ao investimento estratégico de propagar um conjunto de mudanças de atitudes que poderiam gerar uma nova sociedade, a grande maioria dos demais socialismos mantinham os olhos fixos em uma política institucional. O campo moral é espaço de atuação política da cultura libertária, no qual discursos desconstruíam o corpo disciplinado das operárias e dos operários, para apresentar o projeto libertário de construção de uma nova moral sexual, capaz de gerar a “emancipação humana”.

Desde o século XIX os ideários anarquistas discutiam temas relacionados à moral, casamento, sexualidade e aos corpos masculinos e femininos, temas compreendidos como parte integrante da vida humana, e lugar onde também a liberdade individual deveria ser preservada¹⁸. Na propaganda da cultura anarquista é possível entender que o corpo passa a ser uma forma

¹⁷ RAGO, op. Cit., 2001, p.150.

¹⁸ GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 1998.



de fazer política, de propor a revolução, mas não qualquer corpo, mas sim, corpos dotados de conhecimento, sexualidades e desejos. Assim, para promover esta transformação social prevista no projeto libertário, ações de educação sexual, palestras, livretos e exibição de filmes são anunciados e propagados em *A Plebe*. Neste sentido se encontravam os discursos em prol da emancipação feminina.

Neste sentido, é possível perceber que, nas páginas de *A Plebe*, a construção de representações ideais de militância feminina eram construídas – e acionadas – nos discursos referentes à revolução social libertária, especialmente para a defesa de um novo código moral libertário, não deveria aguardar a sociedade anárquica ideal vindoura, concebida em um futuro incerto, tratava-se de um novo conjuntos de valores, uma nova escala moral, que deveria ser vivenciada no cotidiano, como mais uma ferramenta capaz de efetivar a esperada revolução libertária. Falava-se, nos discursos da cultura anárquica, em novos homens e novas mulheres.

É importante destacar que a cultura libertária defendia uma participação política feminina, uma emancipação da mulher, que estava distante das bandeiras levantadas pelas sufragistas brasileiras, afastando-se também do que acabava sendo veiculado por publicações destinadas ao público feminino de classes mais abastadas. A ‘emancipação feminina’ pensada e veiculada em *A Plebe* estava intimamente ligada ao mundo operário. Desta forma, muitos textos deste periódico criticavam ferrenhamente as limitações políticas para a participação feminina presentes na reivindicação pelo voto da mulher. Em 20 de novembro de 1920, nas páginas de *A Plebe*, publicou-se o texto da militante Isabel Cerruti intitulado *A Moral nos Lares*, no qual criticava a *Revista Feminina*¹⁹:

A ‘Revista Feminina’ em seu programa propõe-se a propugnar a emancipação da mulher conseguindo para ela o direito de empenhar-se em lutas eleitorais. E só. A isso chamam pomposamente ‘emancipação feminina’!
Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco...

O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo: que fazer compreender a mulher na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como atriz histórica, para sua inteira integralização na vida social.²⁰

A autora sinaliza para um discurso político que valorizava as discussões acerca da mulher e o papel que esta deveria desempenhar na proposta de revolução social, sem relegar esta discussão para um possível momento pós-revolução, entendendo que a *emancipação*

¹⁹ Publicação que circulou entre as décadas de 1910 e 1930.

²⁰ CERRUTI, I. A Moral do Lares, *A Plebe*, São Paulo, 20 nov. 1920.



feminina estaria diretamente relacionada com a possibilidade de efetivação das propostas da cultura libertária. Esta ampliação das possibilidades de participação política feminina fez com que as militantes libertárias se mantivessem afastadas do rótulo de feministas durante a primeira metade do século XX, receando a limitação de suas lutas a reivindicação ao voto, ou seu afastamento do cotidiano operário – espaço de maior atuação da cultura libertária.

A emancipação feminina não se limitava a atuação da mulher no mundo público, ou seu acesso a condições de trabalho igualitárias. Perpassava, também, as relações afetivas e as organizações familiares. Entendido como grande inimigo da emancipação feminina, o matrimônio indissolúvel ganhou destaque nas críticas libertárias, assim como a dependência econômica da mulher em relação ao seu marido, que impossibilitava que as uniões pudessem acontecer de forma livre, guiadas pelo simples sentimento do amor, e perpetuadas pelo tempo que este permitisse.

Em um texto clássico de Bakunin, publicado em *A Plebe*, em 1921, é possível perceber claramente esta relação:

Assim como estamos convencidos de que abolindo o matrimônio religioso e o matrimônio civil, jurídico, restituímos a vida, a realidade, a moralidade ao matrimônio natural unicamente fundado sobre o respeito humano e a liberdade dos dois indivíduos, homem e mulher que se amam; que reconhecendo a cada um a liberdade de se separar do outro quando quiser e sem necessidade de pedir licença seja a quem for negando igualmente a necessidade desta licença para se unirem os dois, e repelindo em geral toda intervenção de qualquer autoridade em sua união, nós os tornaremos mais estreitamente unidos, bem mais leais um para o outro (...).²¹

Percebe-se que na perspectiva apresentada por Bakunin, que a crítica ao matrimônio se encontrava vinculada à sua dissolubilidade e a sua desvinculação dos espaços institucionais da Igreja Católica e do Estado. Desta forma, a partir das palavras deste pensador libertário, haveria um “matrimônio natural”, uma união sexual que estaria para além das leis e preceitos de sua sociedade contemporânea, mas que, no entanto, estaria dentro da possibilidade de um contexto de verdade.

A questão da emancipação feminina e das consequências desta nas relações afetivas preocupava sinceramente as libertárias e libertários, tanto que nas páginas de *A Plebe*, ao publicar-se os “Princípios do Socialismo Anarquista”, encontrava-se entre uma gama de outros 10, o seguinte item:

²¹ M. Bakunin, *A Plebe*, São Paulo, 15 jan. 1921.



9º As uniões sexuais devem fundar-se no amor. A mulher deve ser econômica e moralmente, independente. Os filhos dependerão, naturalmente, por vínculo do afeto, dos seus progenitores, assim como também de toda a sociedade, que a todos deve indistintamente instrução, apoio e meio de trabalho.²²

Mas para que a mulher fosse capaz de tornar-se “econômica e moralmente independente” seria necessário prepará-la. A emancipação era compreendida como um processo por parte da cultura libertária, e muitos grupos e associações traçavam estratégias neste sentido, sejam através de conferências, publicações de folhetos, jornais de propaganda, até cursos noturnos. Tudo para que a mulher não se tornasse “uma eterna ignorante, enfileirada no exercício dos retardatário do progresso”, da constante evolução humana²³, na qual se pautava o anarquismo.

Na primeira década do século XX, associações femininas se formavam no Brasil, no intuito de propiciar meios em prol da emancipação das mulheres. Uma destas associações foi o Centro Feminino Jovens Idealistas em São Paulo, que considerava “que a emancipação da mulher constitui uma necessidade dos povos e que esta emancipação só se conseguirá mediante a instrução racional e científica”²⁴. Vale destacar que não se tratava de qualquer instrução, mas uma instrução que fosse ao mesmo tempo “racional” e “científica”. Isto significava situar a emancipação feminina propagada pela cultura libertária em um contexto de cientificidade, em oposição a opressão e ao controle infligido as mulheres, especialmente aqueles de cunho religioso, amplamente combatidos pela militância libertária:

Quisera ver-te lutar com enaltecida bravura, continuando o curso da grandiosa mãe natureza rumo à ciencia, desdenhando as batinas dos padres.
Oh! Eu quisera embriagar-te com o licor da verdade pura, e... empunhas o glorioso pendão da salvadora anarquia, para fazê-lo tremular rumo ao campo da tua emancipação, sob o sublime sol da mãe harmonia, só assim seria livre nesta sociedade maldita! [grifos meus]²⁵

É possível perceber a importante influência exercida pelo pensamento científico nos discursos libertários de propaganda. No entanto, tratavam-se de contextos atenciosamente escolhidos, em consonância com os preceitos anárquicos, uma vez que outras teorias científicas que também despontaram no século XIX e adentraram pelo século seguinte, não

²² *A Plebe*, São Paulo, 17 mai. 1919.

²³ CAMPOS, A. L. Minha Rebeldia. *O Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

²⁴ RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e Anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007, p. 15.

²⁵ BRIGIOTTE, D. A vós, minhas irmãs proletárias. *A Plebe*, São Paulo, n.42, 30 set. 1933.



eram acionadas. É o caso, por exemplo, da teoria freudiana que inviabilizaria os discursos e ações em prol da emancipação feminina.

No entanto, este debate trata-se de uma questão mais ampla do que as páginas de que dipomos no momento.

Considerações Finais

O presente artigo nada mais é que um breve olhar no que se refere aos posicionamentos científicos adotados nas articulações discursivas da propaganda libertária, com intuito de lançar alguns vislumbres acerca da amplitude das discussões que estavam postas nas páginas de *A Plebe*, importante impresso anárquico brasileiro que, através dos discursos nele veiculados, sinalizavam para as mudanças (e resistências) relacionadas à cultura anárquica, a emancipação feminina, a mudanças nos relacionamentos e nas vivências da sexualidade.

Não há, aqui, uma intenção de generalizar as muitas perspectivas possíveis da cultura anárquica, pois sua riqueza reside justamente na polissemia de seus conceitos e princípios e na preservação da liberdade como maior princípio de pensamento político.

Portanto, esta breve análise não pode ser considerada conclusiva ou acabada, pois no que se refere às relações de gênero dentro da cultura libertária, muitas outras são possíveis (e necessárias), utilizando outros elementos que não foram contemplados neste artigo, mas que sinalizam para novas perspectivas de análises deste tão instigante tema, na tentativa de apresentar a profundidade possível através dos estudos realizados sob perspectivas interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

- BAKUNIN, M. *Conceito de Liberdade*. Portugal, Porto: Ed. RES, 1975.
- DURKHEIM, Émile. *O suicídio*. São Paulo, Martin Claret, 2008.
- GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 1998.
- RAGO, Margareth. "Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? Amor, sexo e anarquia na Revolução Espanhola". In: SOARES, Carmen L. (Org.). *Corpo e História*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2001.
- RECLUS, Élisée. *A Evolução, A Revolução e o Ideal Anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- RODRIGUES, Edgar. *Mulheres e Anarquia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.